

A leitura genética dos Cadernos de Gramsci

Demian Melo*

Resenha do livro:

BIANCHI, Álvaro. O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.

Uma leitura sistemática dos cadernos carcerários de Antonio Gramsci, cotejada com um estudo criterioso das fontes utilizadas pelo marxista sardo é o que possibilita ser *O Laboratório de Gramsci* um trabalho de grande envergadura, certamente um marco na literatura especializada. Neste belíssimo trabalho, Álvaro Bianchi nos apresenta uma leitura pouco usual do sentido das categorias gramscianas, afastando-se das interpretações consagradas de um teórico da cultura ou da superestrutura. Como bem pontuou Dora Kanoussi no prefácio ao livro, o trabalho que temos em mãos ocupa um “importante lugar na literatura gramsciana em geral, e não apenas na latino-americana” (p.9).

Não é exagero. Em primeiro lugar, o estudo é justificado a partir da constatação de que, especialmente a partir da década de setenta do século passado, no contexto da luta contra as ditaduras latino-americanas em compasso com a crise e a decadência das organizações tradicionais da esquerda, os conceitos de “hegemonia”, “bloco-histórico”, “intelectual orgânico”, “sociedade civil” etc., começaram a fazer parte de um “senso comum teórico”, nem sempre com o sentido original que estas categorias possuem na formulação original do autor dos *Quaderni del carcere*. Pode-se dizer mesmo que, ao tornar parte deste senso comum, tais categorias afastaram-se e muito do sentido original e, mais grave, é comum verificar sua combinação eclética com conceitos estranhos ao materialismo, como é o caso patente da idéia tocquevilliana de sociedade civil.

Para cumprir a tarefa de recuperar o sentido original das categorias gramscianas, Bianchi resgata o processo de elaboração dos cadernos, observando o caráter fragmentário com que os temas aparecem nos mesmos. Utiliza o material crítico disponível, como a edição dos *Quaderni* feita por Valentino Guerratana e o estado da arte sobre a datação dos mais de trinta cadernos escritos, a partir de autores como Gianni Francioni e o próprio Gerratana, onde é possível distinguir três tipos de cadernos: aqueles compostos de notas (A) que são retomados em outros cadernos (C), e aqueles de redação única (B). O autor acompanha a fortuna crítica dos cadernos, a partir da primeira edição feita pelo dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti, onde o mesmo

reorganizou as notas dos três tipos de cadernos dando um aspecto de obra acabada e apagando a distinção metodológica marxiana entre a pesquisa e a exposição do conhecimento. Localiza a forma como Togliatti apresenta Gramsci como um teórico da cultura, fazendo-o aparecer (e perecer, como ironicamente anota) ao lado de Marx-Engels-Lenin-Stalin. Discute ainda como tal edição togliattiana, como é bem conhecido, foi a base para as edições feitas na Argentina e no Brasil, por iniciativa de intelectuais ligados aos PCs dos distintos países, e atualiza a importante polêmica que Edmundo Fernandes Dias (que Bianchi considera seu “importante interlocutor”, p.18) fez com a narrativa de Carlos Nelson Coutinho sobre a publicação dos cadernos no Brasil, este último, um dos pioneiros e principais responsáveis pela difusão do trabalho do marxista sardo em terras brasileiras e autor de uma leitura canônica sobre Gramsci. Por fim, localiza a importância da edição crítica de Gerratana, já comentada acima e feita no ano de 1975, para um estudo rigoroso.

Para dar cabo de recuperar o sentido original das categorias gramscianas, a partir do que diz ser uma “leitura genética” dos *Quaderni*, Álvaro Bianchi insere Gramsci no debate cultural coetâneo, recuperando as idéias dos seus principais interlocutores, seja daqueles oriundos da cultura italiana, como Maquiavel, Benedetto Croce, Vincenzo Cuoco, Giovanni Gentile, Vincenzo Giobert, seja da tradição originada em Marx e Engels, que envolvia Plekhanov, Labriola, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, até o seu missivista Piero Sraffa. Categorias como “bloco-histórico”, “Estado integral”, “sociedade civil”, “hegemonia” e outras são passadas em revista, esclarecendo alguns nexos importantes e desfazendo algumas confusões comuns. Retoma a importante polêmica em torno do conceito de “sociedade civil”, que envolveu a interpretação feita por Bobbio, ancorada na visão de Gramsci como um “teórico das superestruturas”, afeito à tese da “conquista de espaços” na democracia. Nesse ínterim é importante a crítica que o autor também faz às leituras de Carlos Nelson Coutinho e Juan Carlos Portantiero, que, cada um ao seu modo, suspendem o problema da mobilização político-insurrecional da análise da correlação de forças e apresentam Gramsci como um teórico da “longa marcha pelas instituições da sociedade civil”. Contra tal leitura,

*Mestre e Doutorando em História (UFF).

Bianchi lembra o § 17 do *Quaderno 13*, onde é afirmado que o nível de forças militares, portanto o momento da insurreição, é o “imediatamente decisivo” (p.171), o que reafirma Gramsci como teórico da revolução socialista no Ocidente.

De particular importância é o capítulo dedicado a estudar os conceitos de guerra de posição e guerra de movimento, que envolve a polêmica de Gramsci com Trotsky (p.199-251). O autor localiza as posições de Gramsci em relação ao debate no interior do Partido Comunista russo, denunciando as interpretações que colocavam o mesmo ao lado da corrente stalinista. Discute como na fase mais sectária da Internacional Comunista, quando da política do “terceiro período” e da teoria de que a social-democracia não passaria de uma ala do fascismo (VI Congresso, 1928), tanto Gramsci quanto Trotsky defenderam a mesma tática de frente única. Isto não impede que Bianchi discuta as diferenças entre os dois autores, fugindo do estabelecimento de uma “falsa identidade” entre ambos. No mesmo sentido, um dos pontos altos do livro é o capítulo dedicado à discussão do conceito de “revolução passiva” (p.253-296), recolocando seu conteúdo negativo, em contraste com as leituras reformistas que tomaram (e tomam) o conceito como programa político. Trata-se, na verdade, de um critério de interpretação histórico, que Gramsci utilizou para entender tanto o processo do *Risorgimento* italiano, quanto os fenômenos do fascismo e do americanismo.

Por fim, pensando a partir do campo da história, o trabalho de Bianchi é de fundamental importância aos historiadores críticos que, mais do que nunca, têm recorrido ao instrumental teórico de Antônio Gramsci para organizar e conceber as hipóteses de suas pesquisas. Melhor que tal uso seja feito com uma utilização rigorosa de tais conceitos, e nesse sentido *O Laboratório de Gramsci* torna-se uma leitura incontornável.